

**BLOCO TEMÁTICO 7: JUSTIÇA E DEFESA (PÓS-EDITAL)**

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

**3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa sorte!**

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodifcil\\_jogofacil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

**CÓDIGO:**

2507251732M

**TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

**NUMERAÇÃO:**

2º Simulado

**NOME DO ÓRGÃO:**

Concurso Nacional Unificado  
CNU

**BLOCO 7:**

Justiça e Defesa

**MODELO/BANCA:**

FGV

**EDITAL:**

Pós-Edital

**DATA DE APLICAÇÃO:**

8/2025

**ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

8/2025

*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

## CNU – 2º SIMULADO – BLOCO TEMÁTICO 7: JUSTIÇA E DEFESA (PÓS-EDITAL)

### CONHECIMENTOS BÁSICOS

#### Desafios do estado de direito: democracia e cidadania

**Samuel Marques**

**1**

Em um debate promovido por uma universidade pública sobre o papel do Estado no pós-redemocratização brasileira, um dos palestrantes defendeu que o Estado Democrático de Direito implica não apenas o respeito formal às leis, mas também a implementação de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Com base nesse contexto e nos fundamentos constitucionais do Estado brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado Democrático de Direito brasileiro limita-se à legalidade e ao exercício periódico do voto, conforme os princípios liberais clássicos.
- (B) A Constituição de 1988 adotou um modelo de Estado liberal, com foco na proteção à livre iniciativa e redução da atuação estatal.
- (C) O Estado brasileiro, desde a Constituição de 1988, compromete-se com a promoção da dignidade da pessoa humana e da justiça social.
- (D) O modelo estatal adotado em 1988 busca reduzir o papel do Judiciário, evitando sua interferência nas decisões políticas e econômicas.
- (E) A Constituição Federal adota o modelo de Estado autoritário com viés intervencionista, em razão da forte presença estatal.

**2**

A Constituição Federal de 1988 é frequentemente chamada de "Constituição Cidadã", por ter estabelecido um catálogo extenso de direitos fundamentais e mecanismos de controle social. Desde então, novos movimentos sociais e demandas foram incorporados ao cenário público, exigindo respostas institucionais mais complexas. Nesse contexto, assinale a alternativa correta sobre os direitos fundamentais consagrados na Constituição.

- (A) Os direitos fundamentais de segunda geração, como os direitos sociais, dependem exclusivamente de regulamentação legislativa, não podendo ser exigidos judicialmente.
- (B) Os direitos fundamentais possuem aplicação imediata, conforme previsto no texto constitucional.

- (C) A eficácia dos direitos fundamentais é suspensa durante períodos de normalidade institucional.
- (D) Apenas os direitos expressos na Constituição podem ser reconhecidos como fundamentais.
- (E) Os direitos políticos não são considerados direitos fundamentais pela doutrina majoritária.

**3**

Durante uma aula sobre ciência política, a professora discutiu os desafios da governabilidade no presidencialismo de coalizão brasileiro. Ela destacou que, embora o Poder Executivo tenha prerrogativas importantes, sua atuação depende frequentemente da formação de alianças no Legislativo, o que nem sempre garante estabilidade.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O sistema político brasileiro favorece a governabilidade ao permitir a eleição direta de ministros de Estado.
- (B) A governabilidade é prejudicada pelo excesso de partidos políticos e pela necessidade de composições parlamentares heterogêneas.
- (C) A harmonia entre os Poderes impede qualquer forma de controle entre Executivo e Legislativo.
- (D) O Presidente da República, por deter a maioria parlamentar, tem competência primária para legislar.
- (E) O sistema de freios e contrapesos adotado no Brasil elimina qualquer risco de instabilidade entre os Poderes.

**4**

No contexto da judicialização das políticas públicas, o Poder Judiciário tem sido provocado a decidir sobre temas como saúde, educação, moradia e assistência social. Em muitos casos, os tribunais determinam a entrega de medicamentos, a realização de procedimentos médicos ou o acesso a creches e escolas.

Com base nisso, assinale a afirmativa correta.

- (A) A judicialização de políticas públicas decorre exclusivamente do ativismo judicial, desrespeitando a competência dos outros Poderes.
- (B) O Judiciário deve abster-se de intervir em políticas públicas, pois isso compromete a soberania popular.
- (C) A intervenção do Judiciário é legítima quando busca garantir direitos fundamentais diante da omissão dos Poderes Legislativo e Executivo.
- (D) O Supremo Tribunal Federal tem vedado qualquer interferência judicial nas políticas públicas de saúde.
- (E) O controle jurisdicional de políticas públicas é inconstitucional em razão do princípio da separação dos poderes.

5

No processo de consolidação da democracia brasileira, a participação cidadã tem assumido novas formas, além do tradicional exercício do voto. A Constituição de 1988 prevê instrumentos de democracia participativa que permitem ao cidadão intervir diretamente na vida política do país.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa correta.

- (A) O referendo é convocado exclusivamente por iniciativa popular.
- (B) A iniciativa popular de lei federal pode ser apresentada sem qualquer exigência de número de assinaturas.
- (C) O plebiscito é realizado antes da deliberação legislativa do Congresso Nacional.
- (D) A Constituição Federal veda expressamente a consulta direta ao povo sobre temas legislativos.
- (E) A participação popular é exclusiva do período eleitoral.

## Políticas públicas

José Wesley

6

Um programa governamental é financiado por recursos públicos para distribuir, gratuitamente, aparelhos auditivos a crianças com perda auditiva severa. Considerando a classificação das políticas públicas segundo Theodore Lowi, esse programa é caracterizado como uma política pública do tipo

- (A) distributiva, financiada por toda a coletividade.
- (B) distributiva, bancada pelos grupos mais ricos.
- (C) redistributiva, sustentada pela sociedade em geral.
- (D) regulatória, com custeio progressivo por faixa de renda.
- (E) regulatória, com base em subsídio universal.

7

Considerando a tipologia de políticas públicas de Theodore Lowi, qual das opções abaixo exemplifica uma política pública redistributiva?

- (A) Ajuda emergencial a vítimas de enchente.
- (B) Campanha de vacinação nacional.
- (C) Reforma agrária com transferência de terras.
- (D) Entrega de cestas básicas para famílias em vulnerabilidade.
- (E) Criação de um novo código de defesa do consumidor.

8

Quando as políticas públicas são concebidas e executadas exclusivamente por órgãos estatais, a abordagem predominante é conhecida como:

- (A) policêntrica.
- (B) estado-cêntrica.
- (C) político-cêntrica.
- (D) tecnocêntrica.
- (E) endocêntrica.

9

Um município decide adotar nova política tributária sobre imóveis urbanos. Imóveis de menor valor passam a ser isentos de IPTU, enquanto imóveis de alto valor terão alíquotas dobradas. Segundo a tipologia de Lowi, essa política é classificada como

- (A) constitutiva.
- (B) regulatória.
- (C) redistributiva.
- (D) distributiva.
- (E) intervencionista.

10

Sobre a distinção entre política pública e decisão política, analise as afirmativas a seguir.

- I – Uma política pública envolve mais de uma decisão e diversas ações coordenadas.
- II – A decisão política representa uma escolha baseada nas preferências dos atores envolvidos.
- III – Nem toda decisão política resulta em uma política pública.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## Ética e integridade

Glauber Marinho; Rafael de Oliveira

11

Quanto aos deveres dos agentes públicos, preconiza-se como comportamento adequado:

- (A) uma apresentação pessoal com a utilização de vestimentas adequadas ao exercício do cargo ou função pública.
- (B) procrastinar o exercício regular de direito do cidadão, quando for necessário atender à finalidade administrativa, conforme o princípio da moralidade.
- (C) participar de greves e permanecer nos movimentos, ainda que sem observar as regras relativas à preservação da segurança coletiva.
- (D) colaborar com instituição que mantenha condições de trabalho análogas à escravidão.
- (E) abster-se de atender ao bem comum, mesmo que em conformidade com a legalidade administrativa.

**12**

À luz do disposto no art. 37 da Constituição Federal de 1988 e da ética na Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da moralidade administrativa refere-se exclusivamente à conformidade com a lei, sem qualquer vínculo com valores éticos.
- (B) A moralidade administrativa, como princípio constitucional, impõe ao agente público apenas deveres legais, não abrangendo condutas pautadas pela integridade e ética.
- (C) A atuação ética do agente público é uma virtude pessoal que não guarda relação com a efetividade dos serviços públicos prestados à coletividade.
- (D) O princípio da moralidade vincula a Administração Pública a padrões éticos de conduta, exigindo que os agentes atuem com integridade, visando ao interesse público.
- (E) A má aplicação de recursos públicos, embora reprovável moralmente, não fere diretamente os princípios da Administração Pública previstos na Constituição.

**13**

Considerando a atuação da Administração Pública e a necessidade de observância aos princípios constitucionais, analise as afirmativas a seguir.

- I – O agente público deve pautar-se por valores éticos e pela integridade, mesmo na ausência de previsão legal expressa sobre determinada conduta.
- II – A eficiência administrativa depende diretamente da construção de um ambiente ético e livre de corrupção.
- III – A observância ao princípio da moralidade é dever exclusivo dos ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa II está correta.
- (D) Apenas a afirmativa III está correta.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

**14**

Acerca do princípio da publicidade e da transparência na Administração Pública, assinale a opção correta.

- (A) O princípio da publicidade tem aplicação apenas nas licitações e contratos administrativos, sendo dispensável em atos de natureza interna ou organizacional.
- (B) A Lei n. 12.527/2011 garante o acesso à informação apenas para os órgãos da Administração direta federal, não se aplicando aos demais entes da Federação.

- (C) A divulgação de atos administrativos como regulamentos, licitações e contratos é facultativa, cabendo ao gestor público decidir se há ou não interesse em sua publicação.
- (D) O avanço democrático e a edição da Lei de Acesso à Informação reforçaram o dever da Administração Pública de garantir ao cidadão acesso às informações de interesse coletivo ou individual, como expressão do princípio da publicidade.
- (E) O princípio da publicidade tem como finalidade exclusiva a preservação da intimidade e da vida privada dos administradores públicos, justificando o sigilo de documentos administrativos.

## **Diversidade e inclusão na sociedade.**

### **Aline Menezes**

**15**

Os desafios para a inclusão da população indígena no acesso a políticas públicas incluem fatores como

- (A) a ausência de legislações específicas para o atendimento diferenciado de populações indígenas.
- (B) a homogeneização cultural imposta pelas políticas públicas e a dificuldade de acesso em regiões remotas.
- (C) a inexistência de movimentos sociais indígenas que reivindiquem seus direitos.
- (D) a total integração dos povos indígenas ao mercado de trabalho formal e urbano.
- (E) a universalização das políticas públicas de maneira equitativa e culturalmente adequada.

**16**

Considerando as disposições do Decreto n. 7.053/2009, que trata da Política Nacional para a População em Situação de Rua, assinale a alternativa correta.

- (A) Determina a obrigatoriedade da institucionalização das pessoas em situação de rua como forma de reinserção social.
- (B) Estabelece que a população em situação de rua tem acesso prioritário apenas a serviços de saúde.
- (C) Reconhece a população em situação de rua como grupo vulnerável, com direito a atendimento integral, intersetorial e humanizado.
- (D) Veda a participação de representantes da população em situação de rua na formulação de políticas públicas.
- (E) Aplica-se exclusivamente a pessoas em situação de rua com dependência química diagnosticada.



**17**

Entre os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas no Brasil, destaca-se

- (A) a ampla participação nas decisões políticas locais e o pleno reconhecimento de seus direitos territoriais.
- (B) a ausência de discriminação racial e de obstáculos ao acesso às políticas públicas.
- (C) a moradia em áreas de alto desenvolvimento urbano, com acesso facilitado a equipamentos públicos.
- (D) a lentidão na titulação dos territórios, a invisibilidade estatística e o racismo estrutural.
- (E) o excesso de políticas afirmativas voltadas a esse grupo, que geram dependência social.

**18**

Durante um debate sobre envelhecimento ativo, uma gestora pública afirma que os idosos devem “aproveitar a aposentadoria em casa e se afastar das decisões coletivas para descansar”. Essa afirmação:

- (A) reflete corretamente a função da aposentadoria como instrumento de proteção e isolamento.
- (B) está alinhada com o conceito de envelhecimento ativo promovido pela OMS.
- (C) reforça estereótipos de inutilidade e contribui para a exclusão política da pessoa idosa.
- (D) está de acordo com a lógica da proteção previdenciária como substituição da cidadania ativa.
- (E) valoriza a autonomia da pessoa idosa ao incentivá-la ao descanso pleno.

## Administração pública federal

**Bruno Eduardo**

**19**

Durante auditoria realizada por órgão de controle interno, identificou-se a contratação de empresa para fornecimento de serviços gráficos sem processo licitatório, sob alegação de urgência, sem a devida fundamentação legal. O relatório final apontou ofensa a princípios que regem a Administração Pública. Com base na situação hipotética e nos princípios constitucionais da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da moralidade exige apenas que o ato administrativo esteja de acordo com a vontade política da autoridade competente.
- (B) A legalidade administrativa permite que a Administração Pública atue com liberdade sempre que não houver lei específica proibindo a conduta.
- (C) A impessoalidade garante o uso do cargo público como instrumento de promoção institucional, desde que vinculado à publicidade governamental.
- (D) A publicidade dos atos administrativos garante a transparência e o controle social da atuação estatal.
- (E) O princípio da eficiência aplica-se apenas aos servidores em estágio probatório, sendo irrelevante para o restante da Administração.

**20**

Em uma aula de Escola de Governo, um professor apresentou as principais reformas administrativas no Brasil ao longo do século XX e início do XXI, com foco na profissionalização da burocracia, descentralização e introdução do modelo gerencial. Um aluno indagou sobre os marcos normativos dessas reformas. Com base na evolução das reformas administrativas no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), de 1995, introduziu diretrizes do modelo gerencial, como contratos de gestão e foco em resultados.
- (B) O DASP, criado na década de 1960, instituiu o modelo de administração gerencial, priorizando resultados e contratos de gestão.
- (C) O Decreto-Lei n. 200/1967 fortaleceu a centralização da Administração Pública e ampliou os órgãos da Presidência da República.
- (D) A Constituição de 1988 reduziu a autonomia administrativa e criou mecanismos de hipercentralização orçamentária.
- (E) A reforma de 1936 instituiu as agências reguladoras, com vistas à fiscalização técnica e autônoma de serviços públicos essenciais.

**21**

Uma comissão interna de reestruturação organizacional em uma autarquia federal debateu a natureza das entidades públicas e a diferença entre órgãos, autarquias, empresas estatais e fundações. Dúvidas surgiram quanto ao regime jurídico e à autonomia de cada entidade. Com base na estrutura organizacional da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os órgãos públicos integram a administração indireta e possuem personalidade jurídica própria.
- (B) As autarquias são entidades da administração direta, com autonomia funcional, mas sem patrimônio próprio.
- (C) As empresas públicas e sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado e integram a administração indireta.
- (D) As fundações públicas são sempre de direito público e regem-se pelas mesmas normas das autarquias.
- (E) A administração direta é composta exclusivamente por empresas estatais vinculadas ao Poder Executivo.

**22**

No planejamento das ações orçamentárias de um ministério, a equipe de servidores utilizou os sistemas estruturantes da Administração Pública Federal para integrar dados de gestão de pessoas, finanças, convênios e compras públicas. Um novo servidor questionou as funções de cada sistema. Com base nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O SIAFI é o sistema informatizado utilizado exclusivamente para controle de pessoal e de folha de pagamento.
- (B) O SIGPlan é utilizado para planejamento e monitoramento do Plano Plurianual (PPA) e outros instrumentos de planejamento governamental.
- (C) O SIAPE é o sistema que gerencia as contratações públicas, incluindo registro de preços e execução de contratos.
- (D) O SICONV é utilizado exclusivamente pela Receita Federal para lançamento e acompanhamento de tributos federais.
- (E) O SIORG é o sistema responsável pela elaboração de indicadores de desempenho da administração indireta.

## Fundamentos das finanças públicas

**Anderson Ferreira**

**23**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias apresenta a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, com destaque para a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos. Esse conteúdo é referente ao

- (A) anexo de controle orçamentário.
- (B) anexo específico.
- (C) anexo de riscos fiscais.
- (D) anexo de metas fiscais.
- (E) texto principal.

**24**

Para a aprovação das emendas parlamentares individuais impositivas, a Constituição estabeleceu limites percentuais diferentes para cada Casa do Congresso Nacional. Assinale a alternativa que apresenta corretamente o limite estipulado.

- (A) 1,45% caberão às emendas de Deputados.
- (B) 0,55% caberão às emendas de Senadores.
- (C) 1,2% caberão às emendas de Deputados e Senadores.
- (D) 1,2% caberão às emendas de Senadores.
- (E) 1,55% caberão às emendas de Deputados.

**25**

A Constituição de 1988 enumera uma série de vedações para o orçamento público. Das alternativas a seguir, assinale aquela que **não representa** uma vedação orçamentária.

- (A) Iniciar programas não incluídos na lei orçamentária anual.
- (B) Remanejar recursos de tecnologia de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa.
- (C) Conceder créditos ilimitados.
- (D) Utilizar recursos do orçamento fiscal para cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- (E) Instituir, sem prévia autorização legislativa, fundos de qualquer natureza.

**26**

Com relação às finanças públicas e aos orçamentos dispostos na Constituição, assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente da República pode enviar mensagem ao Congresso Nacional para modificar o projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação, em Plenário, da parte cuja alteração é proposta.
- (B) Cabe ao plano plurianual estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.
- (C) A exoneração de servidores não estáveis é uma das medidas a serem adotadas pelos entes federativos para o cumprimento de limites de despesas com pessoal.
- (D) Integrará a lei orçamentária anual, para o exercício subsequente, anexo com previsão de agregados fiscais.
- (E) Uma das funções do orçamento da seguridade social é de reduzir as desigualdades inter-regionais, de acordo com o critério populacional.

## Trabalho e tecnologia

**Vitor Kessler**

**27**

A respeito das transformações no mundo do trabalho impulsionadas pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), assinale a alternativa correta.

- (A) O uso de TICs reduziu a necessidade de qualificação dos trabalhadores, pois as máquinas passaram a realizar todas as funções especializadas.
- (B) A digitalização das atividades eliminou a informalidade no mercado de trabalho, trazendo estabilidade e direitos a todos os trabalhadores.
- (C) O trabalho remoto, viabilizado pelas TICs, trouxe novas possibilidades de organização laboral, exigindo adaptação de empresas e trabalhadores.
- (D) A evolução tecnológica no ambiente de trabalho não influenciou os modelos de gestão ou formas de contratação.
- (E) A automação tem reduzido a produtividade, já que trabalhadores resistem ao uso de novas ferramentas digitais.



**28**

As novas tecnologias digitais têm promovido impactos variados nas relações de trabalho. Considerando esse contexto, assinale a alternativa que melhor reflete uma consequência relevante dessas transformações.

- (A) As tecnologias reduziram a demanda por qualificação continuada, pois o foco passou a ser apenas em habilidades técnicas básicas.
- (B) O surgimento da gig economy demonstra como a tecnologia permitiu novas formas de vínculo, com destaque para a estabilidade empregatícia.
- (C) A digitalização do trabalho eliminou a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão digital dos trabalhadores.
- (D) A conectividade e o uso de plataformas digitais possibilitaram maior flexibilidade no trabalho, mas também trouxeram desafios quanto à regulação e aos direitos trabalhistas.
- (E) As transformações tecnológicas não tiveram impacto significativo sobre as relações de trabalho no setor público.

**29**

Analise as assertivas a seguir sobre o uso de Inteligência Artificial no setor público e classifique cada uma como verdadeira (V) ou falsa (F).

- ( ) A automação de processos administrativos no setor público pode gerar ganhos de produtividade, liberando servidores para atividades de maior complexidade.
- ( ) Sistemas baseados em IA, por sua própria natureza, são neutros e não reproduzem vieses ou discriminações nos serviços prestados ao cidadão.
- ( ) A utilização de chatbots no atendimento público digital elimina a necessidade de canais de atendimento presenciais e humanos.

- (A) V – V – V
- (B) V – F – F
- (C) F – F – F
- (D) F – V – F
- (E) V – V – F

**30**

Sobre os desafios associados à adoção de novas tecnologias no setor público, analise as alternativas abaixo e assinale a correta.

- (A) A introdução de tecnologias digitais no setor público elimina a necessidade de capacitação dos servidores, uma vez que os sistemas são projetados para serem intuitivos e autônomos.
- (B) O uso de algoritmos preditivos na gestão pública pode implicar riscos de discriminação e violação de direitos fundamentais, especialmente quando não há transparência nos critérios de decisão automatizada.

- (C) A dependência excessiva de plataformas tecnológicas proprietárias fortalece a soberania digital do Estado, pois garante suporte técnico e atualizações constantes.
- (D) A adoção de tecnologias emergentes no setor público tem como principal risco a obsolescência de hardware, não sendo relevante o risco de vazamento de dados pessoais.
- (E) A interoperabilidade entre sistemas públicos é garantida automaticamente com a migração para tecnologias baseadas em nuvem, dispensando esforços de padronização e governança.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Eixo temático 1 – Gestão governamental e métodos aplicados – Tópicos 1, 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.7, 3, 3.1, 3.2, 3.3, 4 e 4.1

**Adriel Sá**

**31**

Uma agência reguladora federal, em seu esforço de modernização da gestão, decidiu implementar o Balanced Scorecard (BSC) para monitorar e avaliar seu desempenho. Ciente de que a natureza da gestão pública difere da privada, a equipe de planejamento adaptou as perspectivas do BSC. Além disso, para garantir uma visão proativa e preditiva, buscou-se equilibrar o uso de indicadores que refletem resultados passados com aqueles que antecipam tendências futuras.

Nesse contexto, assinale a afirmativa correta sobre a aplicação do BSC na agência reguladora.

- (A) Na perspectiva financeira, o foco será maximizar o lucro, buscando otimizar a rentabilidade dos serviços prestados.
- (B) Um indicador de ocorrência (lagging indicator) adequado para a perspectiva do cliente seria o percentual de satisfação do usuário com os serviços regulados.
- (C) A perspectiva de aprendizado e crescimento será orientada para a redução de custos de processos internos e o aumento da produtividade.
- (D) A perspectiva dos processos internos priorizará o nível de satisfação dos funcionários e a retenção de talentos.
- (E) Um indicador de tendência (leading indicator) para a agência seria o percentual de reclamações na prestação do serviço final.

**32**

Em meio a um cenário de complexidade e múltiplos atores sociais com interesses divergentes, um novo gestor público de um município brasileiro, influenciado pelas ideias de Carlos Matus, decidiu implementar o Planejamento Estratégico Situacional (PES). Sua primeira iniciativa foi convocar especialistas e representantes da sociedade civil para um grande debate, buscando identificar, descrever e analisar em profundidade as raízes dos problemas urbanos, suas interconexões e os diversos fatores que os influenciam. O objetivo era construir uma compreensão compartilhada da realidade para, então, planejar as ações.

O momento do PES que corresponde a essa primeira iniciativa do gestor é denominado:

- (A) normativo.
- (B) estratégico.
- (C) operacional.
- (D) explicativo.
- (E) analítico-propositivo.

**33**

A diretoria de uma startup de tecnologia, buscando solidificar sua posição no mercado, realizou uma profunda análise de Matriz SWOT. Durante o processo, identificou que, apesar de possuir uma equipe de desenvolvimento altamente inovadora (um ponto forte interno), o setor enfrentava uma desaceleração econômica geral e o surgimento de novas legislações restritivas para empresas do seu porte (fatores externos desfavoráveis). A partir dessa constatação, a equipe precisou deliberar sobre a melhor estratégia para proteger a empresa e garantir sua sustentabilidade em um cenário adverso.

Considerando a Matriz SWOT e as estratégias resultantes de suas combinações, qual o tipo de estratégia que a startup deverá priorizar diante da situação descrita?

- (A) Estratégia de Alavancagem.
- (B) Estratégia de Crescimento.
- (C) Estratégia de Enfrentamento.
- (D) Estratégia de Melhoria.
- (E) Estratégia de Sobrevivência.

**34**

Uma organização de grande porte, reconhecendo a volatilidade do mercado e a necessidade de constante adaptação, implementou um sistema de planejamento que exige revisão, ajuste e atualização contínuos de seus planos. Periodicamente, os resultados são avaliados e comparados com o esperado, e essas informações são utilizadas para realimentar o processo, permitindo que o planejamento progrida e se refine ao longo do tempo, em um movimento de aprendizado e correção.

Considerando as características do planejamento, a situação descrita evidencia, respectivamente, as características de:

- (A) Permanente e Sistemico.
- (B) Iterativo e Cíclico.
- (C) Cíclico e Permanente.
- (D) Racionalidade e Seleção de Alternativas.
- (E) Voltado para o Futuro e Interação com as Demais Funções.

**35**

Em uma organização com uma estrutura complexa, a alta direção estabeleceu um objetivo estratégico ambicioso: "Aumentar a sustentabilidade ambiental global da empresa em 30% até 2030, tornando-se referência no setor". Para que esse objetivo seja alcançado de forma eficaz, ele foi desdobrado em metas para os gerentes de departamento e, posteriormente, em instruções detalhadas para as equipes operacionais. Além disso, foram definidas as políticas e diretrizes que deveriam guiar as ações em todos os níveis.

Considerando a hierarquia de objetivos e o desdobramento do planejamento, analise as afirmativas a seguir:

- I — O objetivo "Aumentar a sustentabilidade ambiental global da empresa em 30% até 2030, tornando-se referência no setor" é um exemplo de objetivo que adere ao princípio SMART.
- II — As instruções detalhadas para as equipes operacionais correspondem aos objetivos táticos, os quais condicionam os objetivos estratégicos.
- III — O desdobramento de objetivos estratégicos em políticas, diretrizes, metas, programas, procedimentos, métodos e normas reflete uma hierarquia de abrangência e detalhamento.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**36**

Uma nova diretora de operações foi contratada com a missão de otimizar os processos de produção e entrega de uma fábrica de autopeças. Seu primeiro desafio foi reestruturar o planejamento para garantir que as tarefas diárias fossem executadas com o mínimo de desperdício e no menor tempo possível, sem comprometer a qualidade. Para isso, ela precisou desenvolver planos altamente detalhados, com foco nas atividades específicas de cada setor da linha de montagem, e estabelecer métricas que avaliassem o uso dos recursos e a produtividade. Considerando os níveis de planejamento e seus focos, a diretora de operações está atuando predominantemente no planejamento:

- (A) estratégico, buscando a efetividade na alocação de recursos.
- (B) tático, priorizando a eficácia na consecução de objetivos departamentais.
- (C) operacional, com ênfase na eficiência dos meios.
- (D) tático, visando à coordenação interdepartamental e ao longo prazo.
- (E) operacional, com foco na efetividade dos resultados finais.

### **Eixo temático 1 – Gestão governamental e métodos aplicados – Tópico 1.6**

**Cosme Sérgio**

**37**

Uma instituição pública planeja implementar um sistema robusto de gestão de riscos integrado ao seu planejamento estratégico. Nesse contexto, uma matriz de riscos é útil para:

- (A) garantir que todos os riscos sejam eliminados.
- (B) ignorar riscos considerados de baixo impacto.
- (C) terceirizar a gestão de riscos integrada ao planejamento estratégico.
- (D) identificar quais riscos devem ser priorizados, demandando ações imediatas.
- (E) substituir a auditoria interna que existe dentro da estrutura da organização.

**38**

Durante a pandemia de COVID-19, muitos órgãos públicos tiveram que adaptar seus controles internos para o trabalho remoto. O framework de gestão de riscos mais utilizado por organizações públicas durante a pandemia foi:

- (A) ITIL.
- (B) PMBOK.
- (C) COSO ERM.
- (D) SCRUM.
- (E) Balanced Scorecard.

### **Eixo temático 1 – Gestão governamental e métodos aplicados – Tópicos 2 e 2.1**

**Rafael de Oliveira**

**39**

A respeito das disposições preliminares da Lei n. 12.598/2012, assinale a alternativa correta.

- (A) As Empresas Estratégicas de Defesa (EED) são definidas como aquelas que atuam no desenvolvimento de produtos de defesa, desde que tenham capital exclusivamente público.
- (B) Apenas os órgãos da administração direta federal estão subordinados ao regime especial previsto na Lei n. 12.598/2012.
- (C) Produto Estratégico de Defesa (PED) é qualquer bem ou serviço utilizado pelas Forças Armadas, independentemente de sua importância tecnológica ou imprescindibilidade.
- (D) As Empresas Estratégicas de Defesa (EED) devem, entre outras exigências, assegurar que sócios ou acionistas estrangeiros não possam exercer número de votos superior a dois terços do total dos votos que puderem ser exercidos pelos acionistas brasileiros presentes em cada assembleia geral.
- (E) O conceito de Sistema de Defesa (SD) está restrito aos equipamentos militares de uso terrestre, aéreo ou naval de caráter sigiloso.

**40**

Segundo a Lei n. 12.598/2012, são considerados sócios ou acionistas brasileiros, para fins de credenciamento de Empresas Estratégicas de Defesa, aqueles que se enquadram, entre outros, na seguinte condição:

- (A) pessoa jurídica com sede no Brasil, mesmo que controlada por sociedade estrangeira com ações negociadas em bolsa.
- (B) pessoa natural brasileira residente no exterior.
- (C) fundo de investimento com sede fora do Brasil, administrado por instituição financeira brasileira.
- (D) empresa brasileira de capital estrangeiro que preste serviços na área de defesa.
- (E) sociedade anônima de capital aberto com acionistas estrangeiros majoritários, desde que sediada no Brasil.

## Eixo temático 1 – Gestão governamental e métodos aplicados – Tópicos 4.2 e 4.3

Josimar Padilha

**41**

Os métodos qualitativos são abordagens de pesquisa que buscam compreender fenômenos sociais e comportamentais através da análise profunda e detalhada de dados não numéricos. Dessa forma, uma característica fundamental da amostragem intencional em métodos qualitativos seria:

- (A) a seleção de participantes é aleatória e baseada em critérios estatísticos.
- (B) a seleção de participantes é baseada em critérios específicos, como experiência ou conhecimento sobre o tema estudado.
- (C) a seleção de participantes é feita por meio de uma amostra representativa da população.
- (D) a seleção de participantes é baseada em critérios quantitativos, como idade ou sexo.
- (E) a seleção de participantes é feita por meio de uma amostra de conveniência.

**42**

Teste de hipóteses é um procedimento estatístico usado para avaliar a plausibilidade de uma hipótese sobre um parâmetro populacional usando dados de uma amostra. Assim, um gestor decidiu realizar um teste estatístico de hipótese para verificar qual seria o melhor dia para realização de uma reunião com os colaboradores em um órgão público. No final do teste, foi verificado que ocorreu o erro do tipo I. Esse erro acontece quando:

- (A) não rejeitamos a hipótese nula ( $H_0$ ), sendo ela verdadeira.
- (B) rejeitamos a hipótese nula ( $H_0$ ), sendo ela verdadeira.
- (C) não rejeitamos a hipótese nula ( $H_0$ ), sendo ela falsa.
- (D) rejeitamos a hipótese nula ( $H_0$ ), sendo ela falsa.
- (E) nenhuma das alternativas anteriores.

## Eixo temático 2 – Políticas de segurança e defesa – Ambiente internacional e tecnologias emergentes – Tópicos 1 a 7, 7.1, 8 a 12, 12.1, 12.2, 12.3, 12.4 e 12.5

Luciana Guimarães

**43**

O conceito de segurança internacional, especialmente após o fim da Guerra Fria, passou a incorporar novas dimensões. Nesse contexto, assinale a alternativa que melhor representa essa mudança.

- (A) A segurança passou a ser tratada exclusivamente sob o ponto de vista militar.
- (B) A segurança internacional passou a excluir a atuação de organizações multilaterais.
- (C) A segurança foi restrita à soberania estatal e à defesa territorial.
- (D) A segurança passou a abranger ameaças não estatais, como terrorismo e ciberataques.
- (E) A segurança internacional deixou de considerar questões ambientais e migratórias.

**44**

Uma das principais características do debate sobre segurança na América Latina nas últimas décadas é:

- (A) a ênfase em conflitos armados entre Estados da região.
- (B) a adoção de alianças militares ofensivas por países sul-americanos.
- (C) a centralidade de ameaças internas, como crime organizado e violência urbana.
- (D) a militarização das fronteiras como forma de contenção migratória.
- (E) a predominância de disputas territoriais marítimas entre Estados.

**45**

No tocante à atuação do Brasil em organismos internacionais de segurança e defesa, é correto afirmar que:

- (A) o Brasil é membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.
- (B) o Brasil integra a OTAN como parceiro estratégico.
- (C) o Brasil participa ativamente da Comissão de Segurança Hemisférica da OEA.
- (D) o Brasil é membro fundador do Pacto de Varsóvia.
- (E) o Brasil está juridicamente subordinado às resoluções da União Europeia.

**46**

Sobre a participação do Brasil em Missões de Paz das Nações Unidas, assinale a alternativa correta.

- (A) O Brasil só participa de missões com mandato de combate.
- (B) A participação brasileira está limitada a missões na América do Sul.
- (C) O Brasil liderou a MINUSTAH no Haiti por mais de uma década.
- (D) O Brasil não possui contingentes treinados para operações de paz.
- (E) A Constituição brasileira veda a atuação militar fora do território nacional.

**47**

O princípio da soberania digital, no contexto da segurança cibernética, implica:

- (A) o direito de qualquer país vigiar redes de outros Estados soberanos.
- (B) a submissão obrigatória das redes nacionais às normas da ONU.
- (C) a capacidade de um Estado controlar seus dados, infraestrutura e políticas digitais.
- (D) a liberdade irrestrita de empresas multinacionais sobre dados locais.
- (E) a universalização do acesso à internet sem regulação estatal.

**48**

O Direito Internacional Humanitário (DIH) visa principalmente:

- (A) proteger interesses econômicos de países em guerra.
- (B) limitar os meios e métodos de guerra e proteger pessoas fora de combate.
- (C) regulamentar apenas as armas nucleares.
- (D) garantir a soberania dos Estados mesmo em situações de genocídio.
- (E) permitir ações militares indiscriminadas em conflitos armados.

**49**

Segundo a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber), uma das diretrizes da política de cibersegurança é:

- (A) o incentivo ao uso irrestrito de software estrangeiro sem fiscalização.
- (B) a promoção da integração internacional sem regulação interna.
- (C) a proteção de infraestruturas críticas e da informação estratégica.
- (D) a descentralização total do controle das redes públicas.
- (E) a criação de uma moeda virtual nacional para defesa cibernética.

**50**

A aplicação de tecnologias no setor de defesa visa principalmente:

- (A) reduzir os investimentos em segurança pública.
- (B) automatizar funções diplomáticas de negociação de paz.
- (C) ampliar a capacidade de monitoramento, resposta e proteção de fronteiras.
- (D) substituir totalmente as forças humanas por robôs.
- (E) eliminar a necessidade de treinamento de tropas.

**51**

No Brasil, a Ciberdefesa está vinculada principalmente ao órgão:

- (A) Ministério da Justiça.
- (B) Ministério das Relações Exteriores.
- (C) Ministério da Defesa.
- (D) Banco Central do Brasil.
- (E) Tribunal Superior Eleitoral.

**52**

Sobre os ciberataques acompanhados de campanhas de desinformação, é correto afirmar que:

- (A) são raros e ocorrem apenas em países em guerra.
- (B) não representam risco real para democracias consolidadas.
- (C) são frequentemente usados para influenciar eleições e decisões estratégicas.
- (D) são praticados exclusivamente por criminosos comuns.
- (E) estão sempre vinculados à espionagem industrial.

**53**

A Biodefesa envolve:

- (A) a defesa contra ataques biológicos e o controle de agentes patogênicos perigosos.
- (B) a substituição de medicamentos por produtos naturais.
- (C) a liberação de bactérias em áreas de cultivo.
- (D) a desregulamentação de vacinas em zonas de guerra.
- (E) a promoção da engenharia genética militar ofensiva.

**54**

Uma das aplicações das tecnologias emergentes na defesa é:

- (A) uso da nanotecnologia apenas na indústria cosmética.
- (B) desenvolvimento de sistemas autônomos de vigilância baseados em IA.
- (C) emprego de robótica apenas para atividades agrícolas.
- (D) substituição da diplomacia por genética comportamental.
- (E) fim do uso de radares em defesa aérea.

**Eixo temático 3 – Políticas de segurança e defesa – Ambiente nacional e questões emergentes – Tópicos 1, 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 2, 2.1, 3, 4, 5, 6, 6.1, 7, 8, 8.1, 8.2, 8.2.1, 8.2.2, 8.3, 8.4, 9, 10, 11, 12, 12.1, 14 e 15**

**Rafael de Oliveira**

**55**

A respeito da reunião da União Europeia em 7 de junho, em que se discutiu o “ritmo acelerado” das inovações em IA e a imprevisibilidade da tecnologia, marque a alternativa incorreta.

- (A) Um dos pontos centrais do debate foi a velocidade com que surgem novas soluções de IA, o que dificulta a criação de normas abrangentes e atualizadas.
- (B) A dificuldade regulatória está associada à imprevisibilidade dos modelos de IA, que frequentemente apresentam resultados não lineares e difíceis de prever por legislações estáticas.
- (C) A UE considerou impor a exigência de compartilhamento do código-fonte dos principais sistemas de IA com autoridades, para aumentar a transparência.
- (D) Foi destacado que a regulação precisa ser totalmente restritiva para impedir qualquer inovação, já que uma nova IA sempre envolve riscos incontrolláveis.
- (E) As discussões enfatizaram a necessidade de um marco legal adaptativo, capaz de reagir rapidamente a mudanças e inovações no setor.

**56**

Considerando os debates da União Europeia sobre a regulação da inteligência artificial, assinale a alternativa correta.

- (A) A reunião foi unânime em rejeitar qualquer forma de exigência de código-fonte, por considerá-la um entrave à inovação.
- (B) Um desafio regulatório destacado foi a dificuldade em prever com precisão como os modelos avançados (como os de linguagem generativa) se comportarão em larga escala.
- (C) Ficou decidido que todos os sistemas de IA obrigatoriamente serão classificados como “alto risco”, independentemente de função ou contexto.
- (D) A proposta de regulação exclui modelos de fonte aberta do escopo legal, por serem considerados menos perigosos.
- (E) Reconheceu-se a necessidade de uma abordagem com regras fixas e imutáveis, que não se alterem mesmo com o avanço da tecnologia.

**57**

Em relação aos princípios éticos para o uso responsável da Inteligência Artificial, assinale a alternativa correta.

- (A) A transparência é um princípio técnico voltado exclusivamente à abertura do código-fonte, não sendo aplicável ao modo como decisões automatizadas são comunicadas aos usuários.
- (B) A equidade, no contexto da IA, limita-se à igualdade formal, sem considerar impactos discriminatórios indiretos dos algoritmos.
- (C) A responsabilização implica que sistemas de IA devem operar de forma autônoma e irrestrita, sem necessidade de supervisão humana.
- (D) O princípio da explicabilidade exige que os sistemas de IA forneçam justificativas compreensíveis sobre suas decisões, especialmente quando impactam direitos fundamentais.
- (E) O uso ético da IA pressupõe que, uma vez implementado o sistema, os riscos não precisam mais ser monitorados, pois o modelo é estável e imutável.

**58**

São considerados princípios fundamentais para a aplicação ética da Inteligência Artificial, exceto:

- (A) privacidade e proteção de dados.
- (B) governança adaptativa e responsabilidade.
- (C) maximização de lucros acima de direitos fundamentais.
- (D) prevenção de danos e segurança.
- (E) justiça, inclusão e não discriminação.

**59**

Considerando os princípios de uso ético da IA, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Sistemas de IA devem ser projetados com base em valores humanos, como dignidade, autonomia e liberdade.
- (B) A supervisão humana deve ser eliminada para garantir a máxima eficiência dos sistemas de IA.
- (C) A prestação de contas é fundamental para que os responsáveis pelo sistema respondam por seus impactos.
- (D) A robustez técnica dos sistemas deve incluir resiliência a falhas e proteção contra ataques.
- (E) A ética no uso da IA envolve também a promoção da sustentabilidade e do bem-estar social.



**60**

Com base no Decreto n. 9.573/2018, que institui a Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (PNSIC), assinale a alternativa correta.

- (A) A segurança de infraestruturas críticas é atividade de responsabilidade exclusiva das empresas privadas que operam os serviços, não havendo obrigação estatal de coordenação.
- (B) A definição de infraestrutura crítica abrange apenas instalações e sistemas cuja interrupção gere prejuízos econômicos de grande porte, excluindo impactos sociais ou ambientais.
- (C) A segurança das infraestruturas críticas é definida como um conjunto de medidas exclusivamente reativas, adotadas após a ocorrência de incidentes que afetem a prestação dos serviços.
- (D) A segurança de infraestruturas críticas é caracterizada como uma atividade de Estado, com medidas preventivas e reativas, sinalizando sua prioridade para o Governo brasileiro.
- (E) O Decreto n. 9.573/2018 trata exclusivamente da segurança cibernética, sem abordar aspectos físicos ou operacionais das infraestruturas críticas.

**61**

Sobre os instrumentos de implementação da Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (PNSIC), assinale a alternativa incorreta.

- (A) A Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (ENSIC) identifica os principais desafios da atividade e orienta a formulação de objetivos estratégicos.
- (B) O Plano Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (PLANSIC) é o instrumento que apresenta diretrizes gerais, metas e prazos, além de definir responsabilidades e áreas prioritárias.
- (C) O Sistema Integrado de Dados de Segurança de Infraestruturas Críticas (SIDSIC) visa a coletar, integrar e tratar informações relevantes para a segurança das infraestruturas críticas.
- (D) A Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (ENSIC) é de elaboração facultativa e aplica-se somente ao setor de energia elétrica.
- (E) O PLANSIC prevê a participação de órgãos dos três níveis da federação e da sociedade, com ênfase na gestão de riscos e no estudo de interdependências.

**62**

O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) é um instrumento estratégico do Estado brasileiro. Com relação aos seus objetivos e estrutura, assinale a alternativa correta.

- (A) O SIPAM foi criado como sistema de vigilância armada da fronteira norte e está subordinado exclusivamente ao Ministério da Defesa.
- (B) O SIPAM atua exclusivamente no monitoramento climático da região amazônica, sendo vedada a integração com outros órgãos civis.
- (C) O SIPAM é voltado para o monitoramento, a coleta, o tratamento e a disponibilização de dados e informações para subsidiar políticas públicas na Amazônia Legal.
- (D) O SIPAM é uma organização não governamental criada para apoiar projetos ambientais por meio de doações internacionais.
- (E) A principal missão do SIPAM é coordenar ações de segurança pública nas capitais da Região Norte, com foco exclusivo na redução da criminalidade urbana.

**63**

Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma das funções estratégicas do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).

- (A) Desenvolver campanhas políticas para promover o turismo comercial na região amazônica, sem vínculo com os órgãos de Estado.
- (B) Controlar diretamente o uso da terra por comunidades tradicionais, impondo limites sem consulta prévia.
- (C) Oferecer dados e suporte técnico a instituições públicas nas áreas de meio ambiente, segurança, defesa civil, saúde e desenvolvimento sustentável na Amazônia.
- (D) Fiscalizar e aplicar sanções administrativas contra crimes ambientais, como órgão de polícia ambiental federal.
- (E) Executar obras de infraestrutura em áreas de preservação ambiental, sob comando direto das Forças Armadas.

**64**

A Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa (PCTID) tem como um de seus principais objetivos o fortalecimento da base científica e tecnológica nacional voltada à defesa. Com base nessa política, assinale a alternativa correta.

- (A) A PCTID visa à autonomia nacional por meio da internalização de tecnologias estrangeiras, sem incentivo à pesquisa própria.
- (B) A política exclui a participação de universidades e institutos de pesquisa civis no desenvolvimento de tecnologias de defesa.
- (C) Um dos fundamentos da PCTID é o estímulo à inovação dual, ou seja, com aplicações tanto civis quanto militares.
- (D) A política estabelece que a produção de conhecimento na área de defesa deve ocorrer exclusivamente dentro das Forças Armadas.
- (E) A PCTID orienta que os investimentos em pesquisa de defesa devem ocorrer apenas em momentos de crise geopolítica.

**65**

Sobre os princípios e diretrizes da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa (PCTID), assinale a alternativa incorreta.

- (A) A PCTID reconhece a Base Industrial de Defesa como parceira estratégica no desenvolvimento de tecnologias sensíveis.
- (B) A política estimula a formação de redes cooperativas entre institutos militares, universidades e empresas inovadoras.
- (C) O desenvolvimento científico-tecnológico de defesa deve considerar a proteção de propriedade intelectual e sigilo estratégico.
- (D) A inovação tecnológica de defesa deve ocorrer exclusivamente com recursos privados, sem aportes do Estado.
- (E) A PCTID contribui para o fortalecimento da soberania nacional ao reduzir a dependência tecnológica externa.

**66**

A autonomia estratégica, no contexto da Economia de Defesa, constitui um dos pilares para garantir a soberania nacional e a segurança do Estado frente a ameaças externas ou instabilidades geopolíticas. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- (A) A autonomia estratégica na defesa consiste na capacidade de importar com agilidade todos os insumos militares necessários, minimizando o tempo de resposta a ameaças.
- (B) O conceito de autonomia estratégica pressupõe dependência tecnológica em áreas de alta complexidade, com foco na compra de armamentos prontos de países aliados.

- (C) Autonomia estratégica implica a capacidade nacional de desenvolver, produzir e manter sistemas de defesa essenciais, reduzindo a vulnerabilidade externa.
- (D) A política de defesa moderna descarta a necessidade de autonomia estratégica, pois a globalização permite o compartilhamento irrestrito de tecnologias militares.
- (E) O fortalecimento da autonomia estratégica exige a desmobilização da base industrial de defesa nacional e a terceirização das tecnologias sensíveis.

#### **Eixo temático 4 – Políticas de segurança pública – Tópicos 1, 1.1 a 1.11, 2, 2.1 a 2.10, 3, 3.1 a 3.8 e 4 Marcos Girão**

**67**

Diante do agravamento da violência associada ao crime organizado, a gestão do sistema penitenciário brasileiro tem buscado estratégias de contenção e isolamento de lideranças criminosas. Nesse contexto, o Sistema Penitenciário Federal (SPF), criado em 2006 e ampliado nos últimos anos, tem sido utilizado como mecanismo de enfrentamento à criminalidade de alta periculosidade e de reordenação da gestão penitenciária nos estados.

Sobre o funcionamento e os princípios do Sistema Penitenciário Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O ingresso no SPF é automático para todos os apenados com envolvimento comprovado em facções criminosas, mediante solicitação das secretarias estaduais de administração penitenciária.
- (B) As penitenciárias federais seguem o regime disciplinar comum previsto na Lei de Execução Penal, sendo vedado o uso de regime diferenciado ou de monitoramento 24 horas, por se tratar de medida excepcional.
- (C) As unidades do SPF operam sob regime de segurança máxima, com separação de lideranças e controle rígido de comunicações, e dependem de autorização judicial específica para ingresso e permanência do preso.
- (D) O Sistema Penitenciário Federal é subordinado aos Tribunais Regionais Federais, que gerenciam o controle de vagas e a fiscalização das unidades, garantindo a autonomia dos estados na gestão das execuções penais.
- (E) A permanência de presos no SPF é indefinida, cabendo exclusivamente à SENAPPEN a decisão sobre prorrogação ou transferência, independentemente de decisão judicial.

**68**

Diante do crescente debate em torno do encarceramento em massa e da crise estrutural do sistema penal brasileiro, o Ministério da Justiça e Segurança Pública instituiu a Política Nacional de Alternativas Penais (PNAP), buscando promover estratégias eficazes de responsabilização sem privação de liberdade, com enfoque restaurativo e comunitário.

Com base na Política Nacional de Alternativas Penais, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A Política Nacional de Alternativas Penais inclui entre suas medidas a suspensão condicional do processo, a transação penal, as penas restritivas de direitos e as medidas cautelares diversas da prisão, com vistas a reduzir o encarceramento.
- (B) Um de seus eixos estratégicos é a qualificação da gestão da informação, voltada para o acompanhamento de indicadores, fluxos e resultados das alternativas penais.
- (C) A PNAP reconhece que o enfrentamento à cultura do encarceramento e a sensibilização dos atores do sistema de justiça criminal são fundamentais para a adoção efetiva de medidas alternativas.
- (D) A política prevê a criação de Comissões Regionais e de uma Comissão Nacional de Alternativas Penais, garantindo paridade entre representantes do Executivo, do sistema de justiça e da sociedade civil.
- (E) A responsabilidade pela execução da política é do Conselho Nacional de Justiça, com apoio do Ministério da Justiça, cabendo ao CNJ coordenar a Comissão Nacional de Alternativas Penais.

**69**

A atuação das Nações Unidas na definição de padrões internacionais para o tratamento de pessoas privadas de liberdade tem gerado instrumentos importantes, como as Regras Mínimas para o Tratamento de Presos (Regras de Nelson Mandela) e as Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas (Regras de Bangkok). Acerca desses dois instrumentos normativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Ambas as Regras reconhecem que o encarceramento feminino apresenta desafios específicos, como o histórico de violência de gênero e as responsabilidades parentais, e demandam abordagens sensíveis ao gênero.
- (B) As Regras de Nelson Mandela estabelecem que a disciplina nas prisões deve excluir o isolamento como medida punitiva, em qualquer circunstância, por ser incompatível com a dignidade da pessoa humana.
- (C) As Regras de Bangkok são aplicáveis exclusivamente a mulheres presas em regimes fechados, e não se estendem a outras medidas penais alternativas ou a adolescentes privadas de liberdade.

- (D) As Regras de Nelson Mandela proíbem a comunicação dos presos com familiares, como forma de preservar a ordem e a disciplina no ambiente carcerário.
- (E) As Regras de Bangkok propõem que, quando mulheres grávidas estiverem presas, a prioridade da administração prisional deve ser garantir seu isolamento e separar a mãe da criança nas primeiras semanas de vida.

**70**

O Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN) constitui uma das ferramentas estratégicas de gestão penitenciária no Brasil, sendo utilizado para subsidiar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas voltadas ao sistema prisional.

Com base nas normas e diretrizes relacionadas ao SISDEPEN, analise os itens a seguir:

- I – O SISDEPEN é utilizado exclusivamente para registro de dados de estabelecimentos prisionais federais, não se estendendo a unidades estaduais ou distritais.
- II – O sistema viabiliza a geração de informações estatísticas sobre população carcerária, infraestrutura carcerária e gestão penitenciária, permitindo diagnóstico nacional.
- III – Os dados produzidos no SISDEPEN são fundamentais para a formulação de políticas públicas penais, para decisões judiciais e para o controle externo realizado por instituições como o CNJ e o Ministério Público.
- IV – O preenchimento de informações no SISDEPEN é facultativo para os entes federativos, sendo adotado conforme o interesse de cada Estado ou do Distrito Federal.
- V – O SISDEPEN tem como um de seus objetivos promover a interoperabilidade com outros sistemas de informação da segurança pública e justiça criminal.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens II, III e V estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, IV e V estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

**71**

Diante do crescimento dos crimes transnacionais, como o tráfico de drogas, o tráfico de armas, o tráfico de pessoas, os crimes cibernéticos e a lavagem de dinheiro, a cooperação internacional entre Estados e instituições passou a ser indispensável para enfrentamento efetivo dessas ameaças. Considerando os marcos legais e operacionais que regem a atuação do Brasil no combate aos crimes transnacionais, analise os itens a seguir:

- I – A Convenção de Palermo, da qual o Brasil é signatário, é o principal tratado internacional voltado à prevenção e repressão ao crime organizado transnacional, prevendo medidas como extradição, cooperação jurídica e proteção a testemunhas.
- II – O princípio da soberania impede o Brasil de cooperar com outros países em investigações criminais, salvo por meio de autorização específica do Congresso Nacional.
- III – A Interpol atua como órgão de polícia com jurisdição supranacional, podendo realizar prisões diretamente em qualquer país-membro, inclusive no Brasil, sem necessidade de autorização judicial local.
- IV – O Brasil pode celebrar acordos bilaterais e multilaterais de cooperação jurídica internacional em matéria penal, inclusive para compartilhamento de provas, recuperação de ativos e extradição.
- V – O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional de Justiça, atua como autoridade central para pedidos de cooperação jurídica internacional, incluindo cartas rogatórias e auxílio direto.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (B) Apenas os itens II, IV e V estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, II e V estão corretos.
- (D) Apenas os itens I, IV e V estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

**72**

No final de 2024, um relatório divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelou que o Brasil registrou aumento nas taxas de feminicídio em regiões historicamente mais vulneráveis, como o Norte e o Centro-Oeste, enquanto os estados do Sul apresentaram leve queda. Especialistas apontaram que a violência contra mulheres está relacionada a desigualdades regionais, acesso precário a serviços públicos e à atuação insuficiente de políticas de prevenção e proteção institucionalizadas. Considerando esse contexto, analise as afirmativas a seguir:

- I – A concentração de feminicídios em determinadas regiões do país pode refletir desigualdades estruturais, como acesso limitado à educação, à saúde e à assistência jurídica especializada para mulheres em situação de violência.
- II – A Lei Maria da Penha foi pioneira ao prever, além das medidas protetivas de urgência, a responsabilidade da União na promoção de políticas públicas voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.
- III – A abordagem institucional da violência contra mulheres no Brasil é uniforme, cabendo exclusivamente à Defensoria Pública Federal e ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos o atendimento das vítimas, independentemente da região ou do ente federativo.
- IV – O combate à violência de gênero exige articulação intersetorial, com participação dos sistemas de segurança pública, justiça, saúde, educação e assistência social, além da sensibilização comunitária e da capacitação dos agentes públicos.

Está correto apenas o que se afirma em:

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) todas as afirmativas estão corretas.

**73**

Em março de 2024, o Ministério da Justiça e Segurança Pública divulgou que, apesar do aumento no volume de recursos destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e ao Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), parte considerável dos repasses aos estados permanece subutilizada ou com execução orçamentária abaixo do esperado. A lentidão na execução dos projetos tem sido atribuída à falta de equipes técnicas qualificadas para elaboração de planos de aplicação e à burocracia nos trâmites de repasse e prestação de contas. Com base na legislação que regulamenta o FNSP e o FUNPEN e nas atribuições desses instrumentos, assinale a alternativa correta.

- (A) O Fundo Nacional de Segurança Pública destina-se exclusivamente ao financiamento das atividades das polícias militares e civis estaduais, sendo vedado seu uso para projetos de tecnologia e inteligência.
- (B) O Fundo Penitenciário Nacional tem como objetivo exclusivo a construção de presídios, não sendo permitido seu uso para ações de reintegração social de presos ou alternativas penais.
- (C) A transferência obrigatória de recursos do FNSP aos entes federativos exige, entre outros requisitos, a adesão ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a apresentação de plano de aplicação aprovado pelo MJSP.
- (C) Tanto o FNSP quanto o FUNPEN estão vinculados ao Ministério da Fazenda, sendo geridos por conselhos deliberativos compostos apenas por representantes do Poder Executivo federal.
- (E) O FNSP e o FUNPEN destinam-se exclusivamente à União, sendo vedado o repasse de recursos a estados, Distrito Federal e municípios.

**74**

Em 2023, diversas organizações da sociedade civil, em conjunto com universidades e conselhos estaduais, apresentaram um relatório ao Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (CNSPDS), denunciando abusos em ações policiais e a ausência de dados desagregados sobre vítimas da violência institucional. O documento demandava maior transparência nos dados, inclusão de representantes sociais nos fóruns deliberativos e monitoramento internacional de casos reincidentes de violação de direitos humanos.

Considerando os mecanismos de controle externo das políticas de segurança pública, marque a alternativa correta.

- (A) Os Conselhos de Segurança Pública são órgãos consultivos exclusivos do Poder Executivo e, por isso, não podem ser compostos por membros da sociedade civil.
- (B) A participação de organismos internacionais, como a ONU ou a OEA, nas avaliações das políticas de segurança pública brasileiras é considerada inconstitucional, por violar a soberania nacional.

- (C) A Constituição de 1988 não previu mecanismos de controle externo sobre a atividade policial, delegando integralmente à hierarquia interna das corporações a fiscalização e a correição.
- (D) Os Tribunais de Contas da União e dos Estados não têm competência para fiscalizar os gastos públicos com segurança, por serem esses recursos protegidos por sigilo de Estado.
- (E) A revisão externa das políticas públicas de segurança pode ser exercida por conselhos compostos paritariamente por Estado e sociedade civil, como previsto na Lei n. 13.675/2018, sendo também possível a atuação de órgãos como o Ministério Público e a Defensoria Pública no monitoramento de abusos.

**75**

As políticas de reintegração social das pessoas egressas do sistema prisional têm sido foco crescente de atenção por parte dos governos e da sociedade civil. Iniciativas como o Programa Começar de Novo (CNJ), a ampliação de convênios para trabalho extramuros e os mutirões de justiça estão entre as estratégias voltadas à redução da reincidência criminal. Com base nesse cenário, julgue as assertivas a seguir como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- I — ( ) A Constituição Federal assegura expressamente a assistência ao preso e ao egresso, incluindo sua reintegração à sociedade, sendo essa uma função exclusiva do Ministério Público.
- II — ( ) Uma das principais barreiras enfrentadas pelos egressos para a reinserção social é a estigmatização no mercado de trabalho, razão pela qual políticas públicas têm buscado ampliar parcerias com empresas privadas e órgãos públicos para contratação de apenados e egressos.
- III — ( ) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Programa Começar de Novo, promove ações que visam à capacitação e à empregabilidade de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, articulando o Poder Judiciário com outros setores da sociedade.
- IV — ( ) No Brasil, a reincidência criminal tem relação direta com o fracasso da execução penal e a ausência de políticas efetivas de acolhimento social e acompanhamento dos egressos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- (A) F – V – F – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – V – V – V.
- (D) V – V – F – F.
- (E) F – F – V – V.

**76**

Em 2024, um relatório do Conselho Nacional de Educação destacou que a evasão escolar entre privados de liberdade ainda é um dos maiores desafios da execução penal no Brasil. A falta de acesso contínuo à educação, somada à ausência de infraestrutura adequada nas unidades prisionais, compromete a efetividade de políticas públicas educacionais. Nesse contexto, a Política Nacional de Educação Prisional (PNEP) tem buscado articular o direito à educação com as diretrizes da Lei de Execução Penal, do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Constituição Federal.

Considerando os princípios e diretrizes dessa política, assinale a alternativa correta:

- (A) A oferta de educação no sistema prisional deve ser integrada à modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), articulando-se com as demais políticas de educação, trabalho e cidadania, sem qualquer discriminação quanto à origem do aluno.
- (B) A educação prisional deve ocorrer em espaços próprios, separados das celas e ambientes de disciplina, sendo vedada a utilização de unidades escolares internas ao sistema prisional, conforme preceito do Plano Nacional de Educação Prisional.
- (C) A certificação dos estudos realizados pelas pessoas privadas de liberdade deve ocorrer de forma específica, com menção obrigatória no histórico escolar sobre o fato de o curso ter sido realizado em ambiente prisional.
- (D) A Política Nacional de Educação Prisional prevê que o atendimento educacional deve ser ofertado prioritariamente nos regimes fechado e disciplinar, por representarem maior controle do interno e viabilizarem melhor aplicação da disciplina pedagógica.
- (E) A adesão à Política Nacional de Educação Prisional, por parte dos Estados e do Distrito Federal, depende de aprovação prévia do Ministério da Justiça, que centraliza os recursos e define os currículos escolares a serem aplicados nas unidades prisionais.

**77**

Com base em estudos recentes divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e por órgãos como o IPEA e o Atlas da Violência, é possível perceber que os homicídios no Brasil possuem forte componente territorial, institucional e social. A seguir, são apresentadas quatro assertivas a respeito dessa problemática.

Análise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta quanto à veracidade (V para verdadeiro, F para falso):

- I – ( ) A maior parte dos homicídios no Brasil concentra-se em áreas urbanas periféricas, com elevado índice de vulnerabilidade social, ausência de políticas públicas continuadas e presença de grupos armados paralelos ao Estado, como milícias e facções.

- II – ( ) Estados com melhores indicadores de desenvolvimento humano, como renda, escolaridade e cobertura de serviços públicos, tendem a apresentar taxas de homicídio superiores à média nacional, devido à maior urbanização e circulação de bens de consumo.

- III – ( ) A letalidade juvenil é um dos traços mais preocupantes da dinâmica dos homicídios no Brasil, atingindo principalmente homens jovens, negros, com baixa escolaridade e moradores de áreas com menor presença do Estado.

- IV – ( ) A fragilidade institucional de alguns Estados da federação, como a baixa resolutividade dos crimes de homicídio, contribui para a manutenção de elevados índices de impunidade e perpetuação dos ciclos de violência letal.

(A) V – F – V – V.

(B) V – V – F – F.

(C) F – F – V – V.

(D) V – F – F – V.

(E) F – V – V – F.

**78**

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu Art. 144, ser a segurança pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por intermédio de vários seguintes órgãos, dentre os quais: a polícia federal; a polícia rodoviária federal; a polícia ferroviária federal; e as polícias penais federal, estaduais e distrital.

Com relação aos órgãos de segurança pública e o desempenho de suas funções, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- I – ( ) É diretriz da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social a celebração de termos de parceria e protocolos com agências de segurança privada.

- II – ( ) Não é defeso aos Estados criar órgãos autônomos de polícia científica, não subordinados à polícia civil.

- III – ( ) As guardas municipais são integrantes do Sistema Único de Segurança Pública, ainda que não previstas no rol de órgãos executores da segurança pública estabelecidos no Art. 144, caput, da Constituição de 1988.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – F – F.

(B) V – V – V.

(C) V – F – V.

(D) F – V – V.

(E) F – V – F.



## Eixo temático 5 – Políticas de justiça e cidadania

### – Tópicos 1, 2, 2.1, 2.2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 13.1 a 13.9

**Vinicius Marques**

**79**

Assinale a alternativa CORRETA acerca da evolução do conceito de acesso à justiça no Brasil e das políticas públicas voltadas à sua ampliação.

- (A) O movimento de acesso à justiça surgiu no Brasil a partir da promulgação do novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015), que instituiu mecanismos coletivos como a tutela inibitória e o incidente de resolução de demandas repetitivas.
- (B) O conceito contemporâneo de acesso à justiça, sobretudo nas obras de Cappelletti e Garth, abrange apenas o ingresso formal no Judiciário, não alcançando as políticas públicas extrajudiciais ou preventivas.
- (C) A Estratégia Nacional para Ampliação do Acesso à Justiça, instituída pelo MJSP em 2021, visa integrar esforços de instituições públicas e da sociedade civil na construção de políticas inclusivas, com enfoque na autocomposição, no pluralismo jurídico e na redução de barreiras territoriais, sociais e culturais.
- (D) A Constituição Federal de 1988 assegura o acesso à justiça apenas para ações judiciais individuais, sendo a atuação coletiva ou difusa uma criação jurisprudencial e infraconstitucional sem respaldo textual na Carta Magna.
- (E) A Defensoria Pública é instituição criada exclusivamente para a defesa penal gratuita, não sendo competente para atuação extrajudicial ou em direitos coletivos, conforme os limites estabelecidos pela Constituição e pela Lei Complementar n. 80/1994.

**80**

Assinale a alternativa CORRETA a respeito dos desafios constitucionais e políticos enfrentados pelo Estado diante da polarização e do extremismo violento em redes sociais.

ARYA, servidora técnica do MPU, atua na coordenação de um projeto institucional voltado ao combate à desinformação e à violência digital. Durante uma audiência pública, ela apresentou dados mostrando que determinadas redes sociais vêm sendo utilizadas para propagar discursos de ódio com base em gênero e etnia, bem como incentivar ataques contra instituições democráticas. Um grupo opositor questionou se essas ações estariam violando o direito à liberdade de expressão e à livre manifestação do pensamento.

- (A) O princípio constitucional da liberdade de expressão impede qualquer tipo de regulação de conteúdos nas redes sociais, ainda que relacionados a discursos de ódio ou incitação à violência, sob pena de censura prévia.
- (B) A Constituição de 1988 assegura a liberdade de expressão e de pensamento como cláusulas pétreas, mas admite, nos termos do STF, sua limitação quando configurada a prática de discurso de ódio ou a incitação à ruptura da ordem democrática.
- (C) O combate à desinformação e ao extremismo virtual não é competência do Ministério Público, pois trata-se de matéria exclusiva da Polícia Federal e da Justiça Eleitoral, segundo a legislação infraconstitucional vigente.
- (D) A propagação de ideias radicais e críticas às instituições, por si só, não pode ser objeto de regulação estatal, mesmo quando acompanhada de incentivo à violência, sob pena de violação ao princípio da legalidade estrita.
- (E) A atuação do Ministério Público em matérias de violência digital restringe-se à proteção de crianças e adolescentes, não havendo previsão legal de envolvimento do órgão em ações ligadas à democracia ou ao discurso político.

**81**

O servidor Thelonious Braga, especialista em políticas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), propôs em grupo de trabalho interno a criação de um sistema integrado de monitoramento de discursos de ódio nas redes sociais, voltado ao mapeamento de conteúdos que atacam juízes, promotores e servidores do sistema de justiça com ameaças, desinformação e incitação à violência. A proposta foi criticada por setores que alegaram suposta violação à liberdade de expressão e à neutralidade das plataformas digitais.

Com base nessa situação e nos parâmetros constitucionais e jurisprudenciais, assinale a alternativa correta.

- (A) A proposta de Thelonious Braga viola o art. 5º, IV, da Constituição, pois qualquer sistema de monitoramento de redes sociais equivale à censura prévia e configura medida inconstitucional no Estado Democrático de Direito.
- (B) A proteção da integridade de agentes públicos, como juízes e promotores, deve ser feita exclusivamente por vias penais e individuais, não havendo fundamento constitucional para uma política pública preventiva nesse sentido.
- (C) A liberdade de expressão no Brasil permite inclusive a crítica violenta e a linguagem ofensiva contra agentes do Estado, desde que sem identificação nominal, pois a Constituição garante o anonimato como escudo contra retaliações.
- (D) Cabe exclusivamente ao Poder Executivo, por meio do Ministério da Justiça, estruturar sistemas de combate ao extremismo digital, sendo vedada a atuação autônoma de órgãos do Judiciário como o CNJ nessa temática.
- (E) O monitoramento de discursos de ódio em redes sociais, quando voltado à prevenção de ataques a instituições e agentes públicos, é compatível com a Constituição, desde que resguardado o devido processo legal e a liberdade de expressão legítima, nos termos da jurisprudência do STF.

**82**

No âmbito do Ministério da Justiça, a servidora Érika Meneses, especialista em cooperação jurídica internacional, elaborou um parecer técnico alertando sobre o uso crescente de pedidos de cooperação internacional como acordos de assistência penal e compartilhamento de provas, para fins políticos, especialmente em casos que envolvem lideranças regionais e partidos de oposição. O documento foi criticado por setores que alegam que essa preocupação compromete o combate à corrupção. Diante disso, o Ministério instaurou um grupo de estudos para avaliar os limites éticos e jurídicos da atuação estatal em investigações de alta complexidade. Considerando a doutrina contemporânea e estudos internacionais sobre o fenômeno do lawfare, assinale a alternativa correta:

- (A) A expressão lawfare refere-se ao uso legítimo das normas jurídicas como instrumento de combate à criminalidade organizada transnacional, sendo conceito restrito ao âmbito do direito penal internacional.
- (B) A existência de cooperação internacional formal e decisões judiciais regulares impede, por si só, o reconhecimento de práticas de lawfare, já que sua configuração depende exclusivamente de violações expressas do devido processo legal.
- (C) O conceito de lawfare é incompatível com a democracia constitucional, pois presume má-fé institucional e subverte a confiança nas instituições do sistema de justiça.
- (D) É incorreto considerar que instrumentos processuais legais possam ser manipulados com finalidades políticas, uma vez que todos os atos estatais no processo penal são, por definição, regidos pela legalidade estrita.
- (E) O lawfare caracteriza-se pelo uso estratégico do aparato jurídico para fins de perseguição política ou eliminação simbólica de adversários, sendo necessário que o Estado adote salvaguardas institucionais para evitar sua ocorrência, especialmente em investigações de repercussão.

**83**

Durante audiência pública no Congresso Nacional sobre reforma do sistema de justiça penal, o Deputado Leônicio Amaral apresentou relatório alertando para o crescimento de práticas caracterizadas como *lawfare* no país. O parlamentar citou casos de perseguição penal marcada por ampla cobertura midiática, vazamentos seletivos, medidas cautelares desproporcionais e uso de ações judiciais com forte impacto eleitoral, especialmente contra líderes oposicionistas e movimentos sociais. Diversos membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) argumentaram que o simples uso de instrumentos legais não poderia ser considerado ilícito, ainda que com impacto político. Diante do debate, a comissão aprovou proposta para a criação de um observatório legislativo sobre garantias contra o abuso do poder judicial. Com base nessa situação e na doutrina internacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A caracterização do *lawfare* depende da comprovação de ilicitude formal no processo judicial, de modo que não há risco de *lawfare* quando os procedimentos estão previstos em lei.
- (B) O *lawfare* constitui uma forma de guerra jurídica, por meio da qual instrumentos legais aparentemente neutros são mobilizados com finalidades políticas, eleitorais ou persecutórias, configurando desvio de finalidade e enfraquecimento da democracia.
- (C) A utilização de instrumentos legais contra agentes políticos, mesmo quando abusiva, é inerente à separação dos Poderes e não compromete a legitimidade do sistema de justiça.
- (D) O conceito de *lawfare* está restrito ao campo do direito internacional humanitário e não se aplica às democracias constitucionais que adotam o devido processo legal.
- (E) A criação de observatórios parlamentares sobre *lawfare* representa violação ao princípio da independência funcional do Judiciário, e sua atuação é inconstitucional.

**84**

Assinale a alternativa CORRETA acerca dos princípios e mecanismos de transparência e controle do Estado no Brasil, à luz da doutrina contemporânea sobre accountability e participação democrática.

- (A) A efetivação da accountability exige mecanismos institucionais de controle externo e interno, mas também instrumentos de controle social informal, como a participação cidadã, a liberdade de imprensa e a transparência ativa na gestão pública.
- (B) O controle do Estado pelo cidadão, por meio da participação direta em conselhos e conferências públicas, é considerado antagônico ao modelo representativo clássico, devendo ser limitado para evitar sobreposição de competências.

- (C) A transparência governamental, como princípio administrativo, restringe-se à obrigação de publicidade dos atos normativos e decisões administrativas, não alcançando as fases internas do processo decisório.
- (D) A accountability vertical, relacionada à relação entre governantes e eleitores, é considerada autossuficiente no sistema democrático, tornando desnecessários os mecanismos horizontais de controle.
- (E) Os mecanismos de ouvidoria, corregedoria e auditoria interna integram o sistema de fiscalização política do Poder Executivo e, por serem de origem administrativa, não configuram instrumentos efetivos de controle público.

**85**

Em um julgamento transmitido ao vivo pela TV Justiça, o Ministro Edmundo Valverde, do Supremo Tribunal Federal, manifestou preocupação com o uso estratégico da publicidade institucional para manipular a opinião pública e neutralizar o controle social sobre políticas públicas ineficazes. Afirmou que a transparência não pode ser meramente formal, devendo possibilitar controle real da sociedade sobre as ações estatais.

Considerando o caso e os princípios contemporâneos de transparência e accountability, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A publicidade dos atos estatais, ainda que meramente formal ou técnica, cumpre integralmente a função constitucional da transparência, sendo suficiente para viabilizar o controle social, mesmo sem participação ativa da sociedade civil.
- (B) A doutrina contemporânea reconhece que a transparência efetiva depende não apenas da divulgação formal de dados, mas da inteligibilidade das informações, da acessibilidade dos meios e da possibilidade real de controle social pela sociedade.
- (C) A accountability horizontal é exercida exclusivamente entre órgãos estatais, como o controle judicial pelo STF e o controle legislativo por comissões parlamentares, excluindo a atuação de meios de comunicação e organizações civis.
- (D) A veiculação pública de decisões judiciais, como ocorre com o STF, representa a totalidade do princípio da transparência estatal, não havendo exigência de medidas adicionais de clareza, acessibilidade ou participação informada.
- (E) A transparência como princípio constitucional é incompatível com o controle informal ou difuso realizado pela sociedade civil organizada, cuja atuação comprometeria a legitimidade do sistema representativo.

**86**

Assinale a alternativa CORRETA sobre a mobilização e participação social no Brasil, conforme a doutrina e os instrumentos institucionais previstos no modelo democrático participativo.

- (A) A Constituição de 1988 restringe a participação popular aos mecanismos tradicionais do sufrágio universal, não prevendo conselhos ou fóruns deliberativos como instrumentos de gestão pública.
- (B) A criação de conselhos de políticas públicas nos diferentes níveis de governo viola o princípio da separação dos Poderes, uma vez que transfere competências típicas do Executivo para entidades sociais sem respaldo democrático.
- (C) A democracia participativa no Brasil se manifesta por meio de instrumentos como conselhos, audiências públicas, conferências e consultas populares, permitindo que a sociedade civil interfira diretamente na formulação, execução e fiscalização de políticas públicas.
- (D) A doutrina majoritária entende que os conselhos gestores, por não serem compostos por representantes eleitos pelo voto direto, carecem de legitimidade para influenciar o ciclo das políticas públicas e devem exercer apenas funções consultivas formais.
- (E) A Constituição Federal de 1988 não prevê a convocação de conferências nacionais, sendo esta uma prática meramente informal e desprovida de valor jurídico ou institucional para a gestão democrática.

**87**

Em janeiro de 2025, a Casa Civil da Presidência da República coordenou a realização de uma Conferência Nacional sobre Participação Cidadã, com o objetivo de discutir diretrizes para o fortalecimento dos conselhos de políticas públicas nos três níveis da federação. Durante os debates, surgiram questionamentos sobre o papel jurídico desses conselhos e sua relação com a gestão democrática. Considerando esse contexto e a doutrina constitucional, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os conselhos gestores de políticas públicas, por não integrarem a estrutura dos Poderes da República, não podem interferir nos processos decisórios da Administração Pública, devendo restringir-se a manifestações simbólicas ou de consulta informal.
- (B) A Constituição de 1988 não prevê qualquer instrumento de participação direta na formulação de políticas públicas, de modo que a Casa Civil extrapolou sua competência ao convocar conferência nacional sobre o tema.
- (C) A participação da sociedade civil em conselhos e fóruns de gestão pública depende de aprovação legislativa prévia, sob pena de violação ao princípio da legalidade e ao regime jurídico dos servidores públicos.

- (D) Os conselhos e conferências nacionais são mecanismos legítimos de democracia participativa, voltados à deliberação sobre políticas públicas, especialmente em áreas como saúde, educação e assistência social, e conferem maior legitimidade às decisões administrativas.
- (E) O Supremo Tribunal Federal já declarou inconstitucional a atuação de conselhos de políticas públicas com função deliberativa, sob o argumento de que suas decisões violam a discricionariedade do Poder Executivo e a hierarquia da Administração.

**88**

A Liga da Justiça Brasil (LJB), organização composta por representantes de comunidades tradicionais, povos indígenas, pessoas com deficiência e minorias urbanas, protocolou junto ao Congresso Nacional proposta para a criação de uma Frente Parlamentar Permanente de Representatividade Plural. Alegam que o atual sistema político-representativo brasileiro não assegura, na prática, equidade na ocupação dos espaços institucionais por grupos historicamente excluídos. À luz da doutrina constitucional e da teoria democrática, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A democracia representativa, prevista na Constituição de 1988, é autossuficiente e não admite mecanismos de compensação ou ação afirmativa na estrutura dos Poderes da República, sob pena de quebra da isonomia entre os cidadãos.
- (B) A formação de frentes parlamentares destinadas à defesa de segmentos vulneráveis configura afronta ao princípio republicano da igualdade formal e é vedada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- (C) A representação política no Brasil é assegurada exclusivamente pelo voto direto, secreto e universal, não sendo compatível com medidas que visem garantir representação proporcional de grupos sociais.
- (D) A insuficiência de representatividade de determinados grupos sociais nos espaços de poder político pode ser enfrentada por meio de políticas públicas, reformas institucionais e instrumentos de democracia participativa, como frentes parlamentares, cotas partidárias e mecanismos consultivos.
- (E) O modelo constitucional brasileiro impede qualquer diferenciação de representação entre os cidadãos, vedando iniciativas que visem assegurar maior presença de grupos minoritários nos órgãos do Poder Legislativo.

89

Durante visita oficial ao Brasil, os integrantes dos X-Men participaram de uma audiência pública no Congresso Nacional, promovida pela Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de debater mecanismos para ampliação da representação política de grupos historicamente marginalizados, como mutantes, povos indígenas, quilombolas e pessoas trans. Após ouvir entidades da sociedade civil e acadêmicos, sugeriram a adoção de cotas legislativas para minorias e a criação de conselhos consultivos com poder deliberativo junto ao Executivo Federal. Com base na teoria constitucional contemporânea, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A proposta dos X-Men de cotas legislativas para grupos sociais vulneráveis é incompatível com o sistema representativo brasileiro, que não permite distinções na capacidade eleitoral passiva, conforme os princípios constitucionais da igualdade e da soberania popular.
- (B) A criação de conselhos consultivos com poder deliberativo viola a separação dos Poderes e a cláusula pétrea da forma representativa de governo, já que interfere nas competências dos órgãos eleitos democraticamente.
- (C) Embora os mecanismos de democracia participativa estejam previstos na Constituição, como o plebiscito e o referendo, sua aplicação é restrita a matérias de natureza legislativa, não podendo ser usados para promover inclusão de minorias na política institucional.
- (D) O sistema constitucional brasileiro admite a criação de mecanismos participativos e inclusivos, como conselhos e cotas, desde que respeitados os limites da legalidade e da proporcionalidade, com o objetivo de corrigir distorções de representatividade e assegurar a efetividade da democracia substantiva.
- (E) A audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos não possui qualquer valor jurídico ou político, sendo apenas um evento simbólico, desprovido de influência nas decisões legislativas e administrativas do Estado brasileiro.

90

Virgil Hawkins, conhecido como Super Choque, foi convidado pelo Ministério dos Direitos Humanos para participar de um programa-piloto em periferias urbanas brasileiras, com foco em inclusão social de jovens negros periféricos, egressos do sistema socioeducativo. Durante as audiências públicas, Virgil destacou que a superação da desigualdade exige medidas que reconheçam a historicidade da exclusão de grupos racializados e que ultrapassem a visão puramente meritocrática. Com base nas teorias sociológicas contemporâneas sobre classes sociais, estratificação e mobilidade, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A teoria clássica da estratificação social proposta por Émile Durkheim considera que a desigualdade é fruto de fatores individuais, como esforço e competência, de modo que qualquer política de inclusão viola a lógica funcional da sociedade.
- (B) A perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu contribui para a compreensão das desigualdades estruturais ao demonstrar como o capital cultural, social e simbólico opera na reprodução das hierarquias sociais, exigindo políticas públicas que enfrentem a reprodução da exclusão em múltiplos níveis.
- (C) A mobilidade social ascendente é um fenômeno espontâneo em sociedades democráticas, de modo que qualquer intervenção estatal tende a distorcer o equilíbrio do mercado e desestimular o mérito individual.
- (D) A análise marxista tradicional não reconhece a questão racial como fator relevante na estruturação das classes sociais, tratando exclusivamente da contradição entre capital e trabalho.
- (E) Segundo autores contemporâneos da ciência política, como Robert Dahl, a inclusão social é uma decorrência natural da ampliação da participação política, independentemente da presença de desigualdades econômicas ou estruturais.

## **Discursiva**

**Adriel Sá**

---

### **TEXTO MOTIVADOR**

Em uma grande organização, a gestão de talentos é vista como um pilar fundamental para o sucesso. No entanto, há um debate contínuo sobre quem é o principal responsável por gerir as pessoas: seriam os gerentes diretos de cada área ou o departamento de Recursos Humanos? A alta direção compreende que a colaboração entre ambos é essencial, mas busca uma compreensão mais clara da delimitação e complementaridade dessas funções no dia a dia.

### **TEMA**

Com base nessa situação, responda aos itens a seguir:

1. Explique o princípio da "responsabilidade de linha e função de staff" na gestão de pessoas.
2. Apresente e exemplifique duas atividades que são, em geral, responsabilidade de linha em um processo de gestão de pessoas.
3. Apresente e exemplifique duas atividades que são, em geral, função de staff, prestando suporte à linha, em um processo de gestão de pessoas.



1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## **TEXTO MOTIVADOR**

Em um ambiente de trabalho cada vez mais dinâmico e interconectado, o surgimento de divergências e choques de interesse é inevitável. No entanto, a forma como a liderança de uma organização percebe e lida com essas situações impacta diretamente a cultura e o desempenho da equipe. Uma empresa, que historicamente via qualquer desentendimento como um sinal de fraqueza e algo a ser suprimido, está começando a revisar sua postura, impulsionada pela necessidade de inovar e se adaptar a novos desafios.

## **TEMA**

Com base nesse cenário e nas abordagens teóricas sobre o conceito de conflito apresentadas pela doutrina, discorra sobre:

1. Caracterize a visão tradicional sobre conflito, explicando sua premissa fundamental.
2. Diferencie a visão de relações humanas da tradicional, destacando como ela altera a percepção sobre a natureza do conflito.
3. Apresente a visão interacionista, explicando por que ela é considerada a concepção atual sobre conflitos e qual o seu principal benefício para a organização.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**2º Simulado**  
**Concurso Nacional Unificado**  
**Bloco Temático 7: Justiça e Defesa (Pós-Edital)**

## FOLHA DE RESPOSTAS

[illegible]

# GRAN

Resolva sua **vida financeira**  
**PARA SEMPRE** com a

# ASSINATURA ILIMITADA



**Confira nossas 5 novidades imperdíveis**

### **Guia do Aprovado:**

uma rotina semanal de estudos personalizada com foco em pontos essenciais como cobrança, jurisprudência e o perfil da banca. Inclui cronogramas detalhados para questões, simulados e revisões, além de acesso a mentores e materiais exclusivos.

### **Gran Comunidade:**

espaço para criar grupos de estudo, trocar experiências, discutir conteúdos e acessar grupos integrados às salas de aula, tornando o aprendizado colaborativo e dinâmico.

### **Tutor 24h:**

agora, a assistente complementa o trabalho dos professores com respostas instantâneas e mais de 11 mil perguntas validadas, agilizando sua revisão e aprofundamento.

### **Banco de Discursivas Exclusivas:**

questões inéditas e de provas anteriores com busca inteligente para te preparar para a etapa mais desafiadora dos concursos.

### **Vade Mecum Facilitado:**

organiza leis e materiais de forma otimizada para consultas rápidas e eficientes.

